

## Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito

---

**Carla Machado**

Apesar de o autor mais associado ao conceito de pânico moral ser, inegavelmente, Stanley Cohen, a noção é utilizada, pela primeira vez, por Jock Young, que refere um ‘efeito em espiral’ (1971, cit. Thompson 1998: 7) entre os media, a opinião pública, os grupos de pressão e os políticos, acerca da preocupação com o consumo de drogas. A noção é, um ano mais tarde, em 1972, utilizada por Stanley Cohen no livro *Folk Devils and Moral Panics* (1987), a propósito da inquietação gerada pelas confrontações e episódios de vandalismo protagonizados por dois grupos juvenis rivais – os *Mods* e os *Rockers* – em algumas estâncias balneares inglesas, articulando, propriamente, a primeira teoria do pânico moral.

Para esse efeito, Cohen recorre a instrumentos conceptuais derivados do marxismo e do interaccionismo simbólico, conjugando-os num modelo processual da génese do pânico. Este partiria de um problema social (as diferenças de poder e estatuto que caracterizam a organização social capitalista), para o qual a acção desviante constitui a resposta/solução encontrada pelos grupos excluídos ou marginalizados. A esta resposta/solução segue-se a reacção social que, mobilizada pelos media e pelos grupos de interesse, dramatiza o problema e cria condições para a polarização social e agravamento do conflito, confirmando os estereótipos iniciais.

O que constitui, então, um pânico moral? Cohen define o problema como fenómenos recorrentes aos quais as sociedades parecem

periodicamente estar sujeitas, no sentido em que ‘uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, a sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotípica pelos mass media; barricadas morais são fortalecidas [...]; peritos socialmente acreditados pronunciam os seus diagnósticos e soluções; modos de coping são desenvolvidos ou (mais frequentemente) é procurado refúgio nos já existentes; a condição desaparece, submerge ou deteriora-se e torna-se menos visível’ (1972/1987: 9).

Na análise do ‘ciclo vital’ deste processo, Cohen propõe uma analogia com as fases da reacção social às catástrofes naturais. Assim, distingue uma fase de inventário do problema, uma fase de significação e uma fase de acção.

Na primeira fase – inventário – os media desempenham um papel fundamental de organização de um conjunto de rumores e percepções públicas desorganizadas, constituindo um corpus interpretativo do problema. Fazem-no, tipicamente, através de processos de exagero e distorção (aumentando e sensacionalizando o problema), de predição (projectando no futuro a sua provável recorrência) e de simbolização (através de palavras, frases ou imagens que o representam de forma estereotipada, dramatizada e exagerada). Neste processo, operam-se duas tarefas essenciais para a génese do pânico moral: a constituição de um acontecimento como problema social e, por outro lado, a fixação de uma grelha interpretativa que estabelece o seu significado primário e parâmetros de interpretação, condicionando todas as notícias e interpretações subsequentes (nomeadamente, pela atenção selectiva aos acontecimentos que se coadunam com as previsões ou interpretações iniciais). Este enquadramento será, por sua vez, derivado de convenções preexistentes (tanto mais quanto mais ambíguo for o problema e mais incerto estiver o jornalista sobre o modo de o apresentar), conduzindo a um processo de relato que tende a ser reproduzido do senso comum.

A segunda fase – mobilização de opiniões e atitudes – consiste na tentativa de dar significado ao problema. A atenção desloca-se do domínio factual para o domínio interpretativo ou do problema em si mesmo para as suas implicações e consequências. O posicionamento emocional e intelectual face ao problema organiza-se através de processos tais como a identificação de danos para além dos mais imediatos (e.g., valores ameaçados), a conexão dos factos com outros problemas sociais e, por vezes, a identificação do problema social subjacente (e.g., ‘crise da família’, ‘crise de autoridade’). De igual

modo, estruturam-se também as atitudes face aos agentes identificados da desordem, através da construção de um núcleo duro de atributos, frequentemente baseados em estereótipos prévios sobre estes. Daí resulta uma imagem demonizada do grupo desviante, que o retrata como atípico e anormal, em contraste com uma imagem idealizada e hiper-normativa do pano de fundo social. Esta é, portanto e por excelência, a fase de cristalização dos *folk devils* – bodes expiatórios para o problema, que representam a encarnação viva do Mal e constituem uma ‘advertência visível do que não devemos ser’ (Cohen, 1972/1987: 10).

Neste processo de demonização, recorre-se a um conjunto de imagens preexistentes do Mal, frequentemente condensadas em torno de grupos socialmente mais vulneráveis. Tal é o caso das subculturas juvenis, facilmente identificáveis pelos seus padrões comportamentais, agregação territorial e marcadores estéticos, e provenientes, quase sempre, dos sectores sociais mais carenciados. Saliente-se que este clima emocional de expectativa e sensibilização em relação às pistas de problemas constitui um pano de fundo para que rumores ou comportamentos isolados ou irrelevantes possam ser sobrevalorizados e desencadear respostas de alarmismo. Ao mesmo tempo, a centração da atenção pública nos acontecimentos em curso vai fixar o papel dos actores do desvio (quer porque este é incorporado no seu auto-conceito, quer devido ao desejo de protagonismo, quer porque mudar é visto como sinal de fraqueza). Estão, assim, criadas as condições para a confirmação das profecias e estereótipos iniciais.

Finalmente, a terceira fase – de acção e remediação do problema – integra dois níveis distintos. O primeiro – que Cohen designa por sensibilização – refere-se à focalização da atenção e consciência do público e dos media em quaisquer eventuais pistas do ressurgimento do problema. Trata-se de um processo de bola-de-neve, de ‘amplificação da desviância’ (1972/1987: 83), típico da fase mais acentuada do pânico moral, pelo qual comportamentos até então considerados irrelevantes se tornam suspeitos. O segundo nível diz respeito à mobilização da ‘cultura de controlo social’ (Lemert 1952 cit. Cohen 1972/1987: 74), ou seja, da rede conceptual e institucional que tem por função a explicação e o controlo/gestão do desvio. Nesta fase, torna-se importante o papel das agências formais de controlo (e.g., polícias, tribunais), bem como dos ‘empresários morais’ (Becker 1963), que agem em nome da consciência e dos interesses colectivos. A acção destes grupos difunde a crença de que o problema pode ser resolvido por uma reorganização da estrutura normativa, quer esta

passa por modificações reais – assumindo muitas vezes a forma de uma escalada punitiva – quer se trate apenas de uma reafirmação de valores simbólicos.

Neste sentido, verifica-se a produção de um discurso moral em torno do problema que visa a formação do consenso social, através da rejeição das figuras identificadas com o desvio e da polarização do combate entre as forças do Bem e do Mal. Por esta razão, Cohen considera que os fenómenos de pânico moral tendem a ocorrer em períodos de crise social, em que ‘a incerteza de um grupo acerca de si mesmo é resolvida em confrontações ritualistas entre o desviante e os agentes oficiais da comunidade’ (1972/1987: 192). Ou seja, a dramatização do problema, a sua articulação em termos de um confronto simbólico entre o Bem e o Mal, constitui um fórum onde metaforicamente podem ser redesenhadas as fronteiras morais diluídas da sociedade e a coesão é alcançada pela exclusão. Este enquadramento social do pânico explica que os *folk devils* identificados sejam frequentemente os jovens das classes desfavorecidas: figuras que não só assumem muitas vezes comportamentos problemáticos e se situam numa posição de vulnerabilidade, mas que, simbolicamente, pela sua idade e comportamento, representam a crise e o confronto com os valores tradicionais.

### DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO: O PÂNICO COMO LEGITIMADOR DO CONTROLO

A mais conhecida obra sobre o pânico moral, a seguir ao livro de Cohen, é, seguramente, *Policing the Crisis*, na qual Hall e colaboradores (1978) analisam o fenómeno do *mugging*<sup>1</sup>. A tese central desta obra é que o pânico moral em torno do *mugging* constituiu, na Inglaterra do início dos anos 1970, uma reacção à fragmentação da hegemonia (em virtude da crise económica e do agravamento dos conflitos de classe) e uma mudança na forma de exercício de controlo social, em direcção a um modelo mais repressivo. Como é construído este argumento?

---

<sup>1</sup> Não existe, em português, uma tradução adequada para o termo, que se refere tanto a um tipo de crime – assalto, na rua, com violência ou ameaça de violência – como à sua conotação simbólica. Por esta razão, optei por utilizar a designação na língua original.

Hall e colaboradores analisam a cadeia de argumentação que relaciona o suposto (e negado pelos autores) crescimento do crime violento, sua atribuição causal à excessiva tolerância dos tribunais, sua fixação na imagem do jovem negro, habitante do gueto, e a consequente articulação de uma solução repressiva. Neste processo, estes autores atribuem uma importância fundamental ao papel dos agentes de controlo formais (polícia, tribunais, governo) e aos media, entre os quais consideram que existe uma relação de ‘interdependência ideológica’ (1978: 33). Esta será devida, em grande parte, ao acesso privilegiado dos poderosos aos media, favorecido pela estrutura organizacional das notícias – e.g., necessidade de produção recorrente de acontecimentos noticiáveis, rapidez, valores de noticiabilidade – e pela ideologia profissional dos jornalistas – nomeadamente o valor da objectividade, que favorece as perspectivas oferecidas pelas fontes oficiais). Por outro lado, o relato que os órgãos noticiosos fazem dos problemas sociais tem por referência os supostos ‘mapas de significado’ (Hall *et al.*, 1978: 55) do público, isto é, os acontecimentos e enquadramentos de sentido já familiares a este.

Através deste duplo processo – acesso privilegiado às significações dos grupos dominantes e recurso a uma linguagem de senso comum – os media reproduzem a ideologia dominante e constituem-se como ‘aparelhos ideológicos do Estado’ (Althusser 1971 cit. Melossi, 1997). E fazem-no, precisamente, na medida em que detêm um papel essencial na construção da opinião pública. Dado o afastamento em que a população vive relativamente às esferas políticas de formação da opinião e de decisão, a opinião pública permanece a um nível desorganizado até que os media se assumem como seus porta-vozes, simultaneamente conferindo-lhe uma forma, modelando-a e orquestrando-a de acordo com as perspectivas e interesses dos poderosos. Por outro lado, note-se que a pretensão assumida pelos meios de comunicação para falarem em nome do público é frequentemente evocada pelos políticos para tomarem as opiniões difundidas pela comunicação social como expressão imparcial da vontade popular (Thompson 1998).

Portanto, existe, nesta concepção, uma clara alteração da sequência proposta por Cohen para o processo de pânico, porque, segundo Hall e colaboradores, o ponto de partida para o pânico sobre o *mugging* não foi um qualquer acontecimento problemático gerador da inquietação pública, ao qual as agências de controlo responderam. Pelo contrário, aqueles autores atribuem às próprias agências de controlo um papel decisivo na génese do pânico moral. Este processo só

é compreensível no contexto do que designam pela 'pré-história' (1978: 52) do pânico, ou seja, a crescente deterioração das relações entre a polícia e os jovens negros, agravada pelo desemprego crescente deste grupo e radicalização da sua luta política. Neste sentido, tem lugar uma mobilização prévia do aparelho de controlo social e especialmente da polícia (e.g., policiamento preferencial das zonas habitadas por jovens negros). Por outro lado, há uma crescente ansiedade social, que se começa a fazer sentir no final dos anos 1950, decorrente da alteração dos padrões comportamentais dos sectores trabalhadores e juvenis. Esta ansiedade é particularmente notória entre a classe média-baixa, que construiu o seu modo de vida em torno de valores morais que projecta como universais – e.g., ética do dever e do trabalho – e se ressentido do hedonismo e materialismo facilitados pelo relativo bem-estar económico do pós-guerra. Tal tensão social agrava-se na décadas de 1960 e 1970, com a ruptura do mito do oásis, devido à crise económica, ao aumento dos conflitos políticos, raciais e laborais e à crescente visibilidade dos movimentos culturais juvenis que contestam a ordem estabelecida. Consequentemente, acentuam-se, neste período, os sentimentos anti-emigrante e de 'lei e ordem' que condensam as imagens da contestação política e do crime, da juventude e da diferença étnica e, como referem Hall e colaboradores, estão reunidas as condições para o pânico: 'um estado de mobilização antecipatória e preparação dos aparelhos de controlo; uma sensibilização dos círculos oficiais e do público através dos *mass media*; uma ameaça percebida à estabilidade social [...]; a identificação de um 'grupo alvo' vulnerável (e.g., jovens negros), envolvido em incidentes dramáticos (*muggings*) que desencadeiam alarme público' (1978: 305).

Nesta análise, a crise que subjaz ao pânico é real; o modo como a crise é manipulada e controlada é que se trata de um processo de 'distorção política e ideológica' (Hall *et al.* 1978: 322). No processo pelo qual a crise se relaciona com os modos pelos quais é apropriada e significada, há um efeito de deslocamento, notório no modo como o pânico moral em torno da violência se torna o significativo da crise na consciência pública. Tal apenas é possível na medida em que o crime é apresentado como um ataque aos valores normativos da classe média (e.g., respeitabilidade, trabalho, disciplina, autoridade, família), através de um processo de fechamento retórico que recorre a mecanismos de conexão simbólica, em particular, a evocação e sobreposição de imagens sobre o gueto, crime, deterioração da vida urbana e emigração. Desta forma, a ansiedade social é mobilizada e

fixada em figuras que já faziam parte do imaginário social negativo, o que lhe confere um papel central na retórica sobre a sociedade, permitindo construir uma coesão favorecedora dos interesses das classes dominantes.

O pânico moral é, assim, não só uma forma de significação da crise – um modo de lhe dar um rosto e de apontar os responsáveis – como também uma forma de recuperação da paz social ameaçada. A crise social é simultaneamente uma ‘crise da hegemonia’ (Hall et al. 1978: 215), ou seja, uma erosão da integração social com base no consenso, o que torna necessário ao estado, para assegurar a manutenção da ordem dominante, assumir uma face mais visível e repressiva face aos grupos percebidos como ameaçadores. Portanto, o pânico moral em torno do *mugging* é uma das principais formas pelas quais é conquistado o apoio da ‘maioria silenciosa’ às medidas cada vez mais coercivas do estado, alcançando-se, pela força da lei e das medidas repressivas, uma sociedade disciplinada. Ao longo deste processo, em que se juntam, como vimos, três vectores essenciais – crise económica e social, crise da hegemonia e recurso a antigos modos de dominação – o pânico moral patrocinado pelos meios de comunicação, os aparelhos de controlo e as classes dominantes, em nome da maioria, é orientado para o que Hall e colaboradores designam por um ‘estado de coerção legítima’ (1978: 321). E, assim, nasce a sociedade da ‘lei e da ordem’.

## MODELOS DO PÂNICO MORAL

Até este ponto do argumento, analisei as duas principais formulações do pânico moral, a primeira mais próxima das teses interaccionistas e a segunda claramente posicionada num paradigma marxista. A produção científica sobre o pânico moral não estagnou, contudo, na década de setenta, nem permaneceu confinada às leituras da criminologia radical. Irei, de seguida, fornecer uma imagem do seu desenvolvimento, através da síntese dos seus principais conceitos e pela caracterização dos diferentes modelos explicativos contemporâneos a propósito dos fenómenos de pânico.

### 1) *Características do Pânico*

Thompson (1998) considera que os fenómenos de pânico assumem a forma de ‘cruzadas morais’ (Becker 1963: 149) formuladas em torno de normas e valores, frequentemente inespecíficos e vagos; que não

atingem as causas reais dos problemas; envolvendo a participação dos media e dos políticos; e que são particularmente apelativas para pessoas que se sentem ameaçadas pela suposta ruptura da ordem social. O consenso dos autores reúne-se, contudo, em torno de um outro conjunto de características distintivas e identificadoras do pânico moral: o carácter explosivo e intenso da preocupação pública; o seu carácter localizado no espaço e no tempo; o sentido consensual ou, pelo menos, amplamente partilhado, desta preocupação; a dimensão moral sob a qual a ameaça é vivenciada; a sua conexão com outras preocupações, sob a forma de um denominador comum que as explica; a identificação de um agente específico do qual provém a ameaça; a hostilidade em relação a este grupo (juntamente com os consequentes processos de dicotomização e estereotipagem que têm o pânico moral como objecto); e a volatilidade de todo este processo (Goode e Ben-Yehuda 1994a, 1994b; Thompson 1998; Muncie 1996).

Assim sendo, pânico moral e cruzadas morais são conceitos que, embora possam coincidir, não se sobrepõem. Por um lado, a cruzada moral implica uma organização consciente e deliberada sob a forma de um movimento (que poderá não existir, pelo menos nas primeiras fases, no pânico). Por outro, a cruzada não exige a existência de uma preocupação social difundida, que é condição necessária para o pânico. Da mesma forma, as dinâmicas do pânico e as dos problemas sociais em geral não deverão ser confundidas, embora haja analogias entre elas. Os problemas sociais não são, necessariamente, equacionados como produto da acção de grupos específicos – veja-se, por exemplo, a conceptualização que é feita do problema da destruição da camada do ozono ou da fome no terceiro mundo – e podem não sofrer as flutuações bruscas que caracterizam o pânico.

Uma terceira característica tipicamente apontada aos fenómenos de pânico é a desproporcionalidade face à ameaça real. Como dizem Goode e Ben-Yehuda (1994a: 156), ‘no pânico moral, as reacções dos media, das agências de controlo, dos políticos, dos grupos de acção e do público em geral, são desproporcionadas em relação ao perigo real e actual que uma dada ameaça coloca à sociedade’. Um exemplo claro deste processo é, segundo ainda aqueles autores, o medo relativo às centrais nucleares, expressando uma clara disjunção entre a probabilidade estimada do risco pelos peritos (extremamente pequena) e a preocupação pública (muito acentuada).

As teorias do pânico moral colocam-se, assim, na minha opinião, numa posição paradoxal, simultaneamente realista (na medida em que assumem um conhecimento sobre o grau real da ameaça) e

construcionista (na medida em que enfatizam os processos pelos quais os fenómenos são definidos e se convertem em problemas públicos).

Mas como pretendem os autores deste tipo de análise aceder à realidade objectiva para medir a desproporcionalidade e, desta forma, definir o pânico? Goode e Ben-Yehuda (1994a, 1994b) propõem quatro critérios:

- (1) o exagero do problema, por parte daqueles que são os seus ‘portavozes’.
- (2) A inexistência de provas de que o problema seja, de facto, real (as reivindicações são completamente infundadas; os factos que as sustentam são ‘fabricados’).
- (3) A desproporção entre a atenção prestada a uma condição, por comparação com a que se dá a outra, cujo dano causado não é menor.
- (4) O aumento brusco da atenção concedida a um tema, sem que tenha havido alterações na sua severidade objectiva.

Estes critérios são, como seria de esperar, contestados por diversos autores (nomeadamente, Thompson 1998; Sparks, 1997), em particular no que se refere ao seu pressuposto organizante: a capacidade de medir de forma exacta as dimensões do risco. Por outro lado, a centração na disjunção entre risco subjectivo e risco real parece assumir que o risco é (ou deveria ser) o único determinante do medo. No entanto, há uma multiplicidade de critérios que, para além do risco, contribuem para a ansiedade do público, como sejam a vulnerabilidade, o dano antecipado e a ressonância emocional, sem que, porém, seja possível, na minha leitura, estabelecer a primazia de uma destas dimensões sobre as outras. O caso referido acerca do medo do nuclear ilustra bem este processo, na medida em que a aparente irracionalidade do medo deverá, segundo Perrow (1984 cit. Goode e Ben-Yehuda 1994a), ser explicada a partir dos diferentes critérios de avaliação do risco utilizados pelos técnicos e pela população. Enquanto os primeiros recorrem a um critério de racionalidade estrita, centrada nas probabilidades estatísticas de um acidente, os segundos utilizam critérios de racionalidade social, em que outros factores – tais como o grau de previsibilidade, controlabilidade, familiaridade, dano antecipado e carácter durável das consequências nefastas temidas – são levados em consideração.

## 2) *Modelos do Pânico*

Não obstante o predomínio, durante algum tempo, da abordagem que Hall e colaboradores fazem do pânico, actualmente prevalecem outros modelos explicativos, mais influenciados pela sociologia ame-

ricana. Esta linha teórica afasta-se da concepção política e macro-social e enfatiza, na origem do pânico, factores socio-psicológicos do público, tais como a ansiedade e o stress, ou a actividade de grupos de interesse. Podemos, assim, segundo Thompson (1998), falar de três abordagens distintas a propósito deste fenómeno, que se distinguem primariamente pelo nível ao qual atribuem a génese do pânico, designadamente, a perspectiva que situa o fenómeno nos níveis superiores da hierarquia social (modelo das elites); a abordagem que localiza o pânico num nível intermédio (teoria dos grupos de interesse), por fim, a análise que atribui o pânico à preocupação pública generalizada (designada por modelo das bases).

*a) A Teoria da Construção do Pânico pelas Elites*

Thompson (1998) distingue duas posições diferentes dentro desta tese, de acordo com o papel que atribuem ao estado. Assim, enquanto algumas formulações enfatizam o poder do estrato social que, através do crime e da sua repressão, mantém a sua posição privilegiada, outras colocam a ênfase no modo como o estado, através de outras instituições sociais (nomeadamente, media, polícias, tribunais, trabalhadores sociais) reproduz, pelo medo do crime, a ordem social. Esta segunda posição corresponde, basicamente, à formulação de Hall e colaboradores (1978), revista mais acima.

Raup (1997) procura estender esta conceptualização à actualidade, analisando o modo como a internacionalização da economia, a desregulação dos mercados e o afastamento crescente dos cidadãos em relação à esfera do poder contribuem para a intensificação da ansiedade social que legitima o populismo autoritário e é utilizada pelo estado para implementar formas cada vez mais coercivas de controlo. Neste processo, a própria des-politização das classes trabalhadoras, a segregação espacial crescente, o fracasso das políticas de welfare state e a crescente mediatização da política contribuem para o estreitamento do 'nó coercivo' (Raup 1997: 123) que une os diferentes sectores sociais e se focaliza particularmente na imagem do jovem negro da *underclass*. O discurso conservador sobre o crime atinge, segundo Raup, nos anos noventa, o estatuto de um regime de verdade (segundo a conceptualização de Foucault 1976).

A ideia de um 'nó coercivo' entre os diferentes sectores sociais implica a negação de uma concepção conspiratorial do pânico, bem como de uma concepção unidimensional (de cima para baixo) do poder. Como diz Larrauri (1991: 123), as tácticas coordenam-se 'sem a direcção necessária de um estratega'. Esta concepção conflitual e

complexa do estado não invalida, contudo, a noção de consenso hegemónico – resultante do papel orquestrador do estado que, através dos seus aparelhos institucionais e dos media, organiza os conflitos e produz um ‘equilíbrio instável de compromissos’ (Larrauri 1991: 117) entre os diversos grupos que se movem na arena do poder. No entanto, noutros autores encontra-se uma formulação mais simplista do modelo das elites. Um exemplo claro é a descrição que Chambliss e Mankoff (1976 cit. Goode e Ben-Yehuda, 1994b: 135) oferecem da génese do pânico: ‘um grupo de elite deliberada e conscientemente empreende uma campanha para gerar e manter a preocupação, medo e pânico por parte do público, sobre um assunto que reconhecem não ser terrivelmente danoso para a sociedade como um todo’. Também Platt (1994 cit. Raup, 1997: 115) faz uma leitura excessivamente linear do conceito, quando refere que ‘os *media* e os políticos constróem pânicos morais para mobilizarem a opinião pública contra ondas de crime ilusórias’. Qual o objectivo deste processo? Segundo estes autores, campanhas desta natureza pretendem afastar a atenção dos problemas reais da sociedade, cuja resolução poderia ameaçar os interesses dos grupos dominantes. Outros autores (em particular, Scraton e Chadwick 1991) partilham esta posição, acrescentando que o pânico permite a conquista política de suporte popular e restabelece as fronteiras morais ameaçadas pelos grupos dissidentes, reforçando e legitimando os poderes do controlo estatal. Tal como referem Reinerman e Levine (1989: 561; itálico original), ‘as pessoas *com* problemas são reconceptualizadas como pessoas que *causam* problemas’ e, por outro lado, ‘o controlo social substitui a segurança social como princípio organizador da política estatal’.

Apesar de menos relevante do que na década de 1970, encontramos ainda hoje um considerável número de autores que partilham esta posição. Refiram-se, entre outros, Karydis (1998) que explica a inquietação popular sobre os emigrantes na Grécia como o produto da acção dos meios de comunicação, dos políticos e da polícia; Reinerman e Levine (1989) e Chambliss (1994), sobre a produção do pânico a propósito do *crack* nos EUA dos anos 80; King (1989), a propósito do medo do crime e da prevenção situacional na Inglaterra como produto da manipulação dos governos conservadores; e Sumner (1997), abordando o pânico moral dos republicanos americanos em torno das mães solteiras e da *underclass*.

*b) O Modelo das 'Bases'*

Este modelo oferece uma conceptualização diametralmente oposta à anterior, situando a origem do pânico no público em geral. Segundo esta perspectiva, a preocupação popular é algo genuíno e partilhado, que emerge de forma espontânea, sem necessitar de 'promotores', muito embora, para se manifestar de uma forma pública e organizada (isto é, para apresentar a configuração de um movimento social), possa necessitar da acção de indivíduos que agem como catalisadores ou líderes. A acção destes indivíduos, que elevam o medo latente e isoladamente sentido a um estado organizado de visibilidade social, é, contudo, secundária em relação à preocupação inicial, apenas podendo explicar o nível mais superficial da configuração do pânico. O que determina este último, na sua origem, são 'as atitudes e crenças profundamente sentidas por parte de um sector vasto da sociedade, de que um determinado fenómeno representa uma ameaça real e actual aos seus valores, à sua segurança, ou mesmo à sua existência' (Goode e Ben-Yehuda 1994a: 161). Assim sendo, os motivos que impelem o pânico situam-se na esfera dos valores, da moral e da ideologia. Aquele serviria, retomando-se a proposta inicial de Cohen, para repor a dominância de um sistema de valores ameaçados por períodos de confusão e crise social, através da projecção da crise em bodes expiatórios. 'Com a erupção de um dado pânico moral, as linhas da batalha são redefinidas, os universos morais são reafirmados, os desviantes são posicionados perante os cidadãos rectos e denunciados, as fronteiras morais da sociedade são solidificadas; em termos *durkeinianos*, a consciência colectiva da sociedade é fortalecida' (Goode e Ben-Yehuda, 1994b: 227).

Um exemplo claro deste processo, segundo Erickson (1966 cit. Thompson, 1998), foram os movimentos de pânico em torno das bruxas de Salem, no século XVII americano, ilustrativos do processo de reforço da consciência colectiva pela punição dos ofensores. Por seu lado, Goode e Ben-Yehuda (1994a) consideram que o medo do nuclear é o melhor exemplo do pânico de raiz popular. Numa transposição do seu raciocínio para a realidade portuguesa contemporânea, poderíamos situar nesta óptica o medo face à incineração dos resíduos tóxicos.

*c) O Modelo dos Grupos de Interesse*

Dada a influência da sociologia americana nas conceptualizações actuais do pânico moral, este é hoje o modelo teórico mais divulgado, situando a origem do pânico nos níveis sociais intermédios – associ-

ações profissionais, grupos de pressão, organizações de consumidores, associações de defesa dos direitos dos cidadãos, etc. – retomando o conceito de cruzadas morais que seriam promovidas por estes grupos para defesa dos seus interesses e ideologias. Segundo esta formulação, num contexto de diversidade social e de mudança acelerada, criam-se as condições para conflitos de valores e interesses entre diferentes grupos sociais que procuram defender os seus modos de vida, através de acções e discursos que promovem uma dada visão moral (Thompson 1998). Os media são particularmente importantes como recurso para amplificar e divulgar as suas reivindicações, conseguindo a base de suporte necessária para implementar os seus pontos de vista.

O trabalho seminal sobre esta perspectiva é, com certeza, o de Becker (1963) sobre a criminalização da marijuana nos EUA, cuja utilização e preocupação pública com a utilização era, no início da década de 1930, ainda reduzida, mas que, na sequência da actividade grupos de interesse (particularmente o *Federal Bureau of Narcotics*), vem a ser proibida em quase todos os estados americanos por volta de 1937. Esta linha de trabalho crítico encontra continuidade na análise de Meier (1992), sobre a actual legislação americana das drogas, formulando uma complexa abordagem dos mediadores da génese e aplicação das leis sobre a marijuana, atribuindo um papel determinante neste processo aos grupos de pressão, nomeadamente à indústria do álcool. O seu poder aparece relacionado com a implementação de leis mais punitivas, bem como às agências de tratamento, cuja influência aparece associada à aplicação de penas mais leves (ou substituídas pela terapia).

Neste tipo de conceptualização do pânico, são também influentes os trabalhos de Gusfield (1963 cit. Thompson, 1998) sobre o movimento proibicionista americano do consumo de álcool, propulsionado pelo movimento da temperança e pela igreja evangélica, bem como os estudos de Jenkins (1992) sobre a inquietação social inglesa em torno do abuso sexual de crianças, particularmente os rumores associados com grupos satânicos. Neste último caso, reúnem-se interesses de grupos que, aparentemente, se encontram em posições ideológicas opostas. Assim, segundo Jenkins (1992), o pânico sobre o abuso teria sido criado originalmente por grupos religiosos fundamentalistas que, dessa forma, protestavam contra a subversão da ordem social, particularmente dos valores da família e da vida – sendo o satanismo a metáfora ideal do ‘Mal’ que afecta a sociedade – mas outros grupos contribuíram para a generalização deste tipo de

pânico, nomeadamente os trabalhadores sociais, movidos por um misto de motivações de valor e de interesse – conquista de uma arena de intervenção, legitimação da sua existência e recuperação do estatuto social perdido da profissão – e, por outro lado, as feministas que seriam, segundo esta interpretação, motivadas pela possibilidade de estabelecerem, a propósito de um tema particularmente apelativo, as suas próprias definições e reivindicações de mudança social.

No entanto, serão provavelmente Goode e Ben-Yehuda aqueles que fornecem uma formulação mais definitiva deste modelo. Nesta formulação, supõe-se a necessidade de um certo grau de preocupação pública que forneceria, por assim dizer, a matéria prima para o pânico. Por outro lado, esta preocupação por si só, afirmam aqueles autores, não garante a elevação de um tópico à categoria de pânico moral; para tal acontecer, o medo ‘tem que ser aguçado, expandido, articulado, e publicamente expresso através de uma actividade organizada, sob a forma de um movimento, pelos grupos de interesse de nível intermédio’ (1994b: 167). Na medida em que estes, frequentemente, não são grupos de pressão estabelecidos e não têm, portanto, garantido o acesso aos meios de comunicação, precisam ganhar visibilidade através da dramatização do problema e do recurso a uma linguagem de indignação moral e do ‘Bem’ contra o ‘Mal’.

Assim, enquanto o estado de ansiedade ou medo latente da população forneceria o combustível para o medo, a agenda moral destes grupos determinaria o seu conteúdo ou, dito de outro modo, o seu ponto de fixação. Clarificando um pouco mais esta questão, haveria razões reais para o medo, enraizadas nas condições de vida das pessoas e no sentimento de ameaça que estas desencadeiam. ‘Essas condições são reais, e também o é uma ameaça *de algum tipo*, mas não necessariamente a ameaça específica em que se acredita’ (Goode e Ben-Yehuda, 1994b: 49; *italico original*). Portanto, haveria um efeito de deslocamento, em que a relação entre as fontes reais da ameaça e o objecto temido seria, frequentemente, tangencial. Sintetizando (*ibidem*: 142), ‘a moralidade fornece um contexto, fornece um tema em torno do qual o pânico converge, o conteúdo do pânico. Por assim dizer, carrega a arma. Os interesses ajudam a explicar o *timing* do pânico moral: agem como uma espécie de dispositivo deflagrador’.

## REAValiação Crítica do conceito e seus Modelos Compreensivos

O conceito de pânico moral surge, como vimos, no seio da criminologia crítica e desenvolve-se por uma radicalização teoricamente consolidada, por volta do final dos anos 1970, em torno de pressupostos marxistas. Esta conceptualização tem sido objecto de várias reconsiderações críticas que importa neste momento analisar.

Uma das críticas mais comuns é dirigida à concepção hierárquica e centralizada do poder, incompatível com a teorização foucaultiana, segundo a qual os actuais sistemas de controlo social já não dependem das encenações públicas do crime e da punição, mas antes recorrem a uma rede dispersa e subterrânea de mecanismos disciplinares (Foucault, 1975: 128). Outra argumentação crítica é dirigida ao uso da noção de hegemonia que parece ignorar a pluralidade de valores e interesses existentes numa sociedade complexa. Neste tipo de sociedade, se, por um lado, pode haver a tentativa, por parte de determinados grupos, de criar pânicos morais, por outro, estas raramente ficam sem oposição e são 'tipicamente debatidas, discutidas, negociadas' (Goode e Ben-Yehuda, 1994b: 35). Assim, tal como o poder não pode ser conceptualizado como uma instância delimitada que opera 'de cima', também as reacções sociais não podem ser vistas como fenómenos monolíticos ou estáveis. Por outro lado, a concepção do pânico como produto da manipulação das elites também tem sido criticada por ignorar as preocupações legítimas do público em torno de determinados problemas sociais, entre os quais o crime. Esta crítica acentuou-se na década de 1980, com a publicação de numerosos inquéritos demonstrativos da extensão da vitimação das classes desfavorecidas e das mulheres e o impacto destas formas de violência (Rock, 1997).

No entanto, não é apenas no quadro do modelo 'das elites' que a tese do pânico moral é criticada. Já atrás vimos que o modelo das bases, por si só, parece insuficiente. Mas a própria relevância do modelo dos grupos de interesse, do qual emanam grande parte das críticas que acabo de rever, tem vindo a ser questionado. Thompson (1998), por exemplo, considera-o apenas uma teoria de médio-alcance, útil para interpretar as causas imediatas do pânico e o papel dos seus agentes promotores, mas insuficiente para explicar as características mais estruturais dos fenómenos de pânico. Entre estas, salienta que, embora os fenómenos de pânico moral não sejam de hoje, somos actualmente confrontados com mudanças na sua rápida su-

cessão (e crescente volatilidade) e banalização (praticamente qualquer tema pode ser objecto de pânico). Estas características levam Thompson a considerar que 'esta é a idade do pânico moral' (1998: 1) por excelência. Ora, uma alteração desta magnitude apenas pode ser explicada a partir de mudanças estruturais a nível social que a formulação dos grupos de interesse deixa de fora. De forma análoga, os mecanismos de conexão discursiva pelos quais os pânicos morais operam – a associação de ideias e imagens em que se baseiam – somente podem ser compreendidos por referência à cultura, ideologia e discursos sociais dominantes (Thompson, 1998), dimensões que a teoria dos grupos de interesse também ignora.

Nenhuma das teorias revistas neste artigo consegue, assim, produzir uma análise suficientemente integrativa dos fenómenos de pânico e que leve em conta, simultaneamente, os três níveis de análise que tenho vindo a referir: apoio social, agentes catalisadores e relação com a estrutura socio-política. Mas não são só a validade dos modelos compreensivos do pânico moral se encontra sob reconsideração. O próprio conceito tem sido posto em causa, nomeadamente, o que podemos considerar os seus quatro pilares conceptuais: desproporção, carácter explosivo, carácter episódico e generalização. Mais acima referi que o critério da desproporção ganha maior robustez crítica, no quadro de uma leitura construcionista. Por outro lado, porém, Åkestrom (1998) vem colocar em causa o carácter intenso e emocionalmente carregado da reacção popular, considerando que esta referência rotineira ao pânico como algo próximo de uma histeria de massas não é apoiada por quaisquer evidências empíricas. Aquele autor propõe que, mais adequado do que a usual formulação dramatizada, seria compreender o pânico moral uma 'formação social, que pode ser usada, ao nível do discurso quotidiano do público [...], como histórias trocadas por vozes preocupadas durante as conversações quotidianas' (Åkestrom 1998: 325). Ou dito por outras palavras, trata-se de compreender o medo como um complexo discursivo formado por uma agregação de temas, imagens e significados, invocado e utilizado por diferentes actores sociais, segundo os seus contextos e objectivos.

Finalmente, a dimensão episódica do pânico é questionada por McRobbie e Thornton (1995). Segundo estes autores, o pânico moral tornou-se a forma discursiva comum através da qual os assuntos são trazidos ao conhecimento do público através dos meios de comunicação de massa. Na verdade, nas sociedades actuais, onde a vivência dos acontecimentos é cada vez mais indirecta e mediada pelos ór-

gãos de comunicação, a dramatização dos fenómenos sociais tem um ‘valor de entretenimento’ (McRobbie e Thornton 1995: 569) para o público, bem como um valor de mercado, orientado para aqueles que procuram cativar. Young (1974 cit. Muncie 1996) diz mesmo que os media têm uma necessidade institucionalizada – por razões de mercado, de captação de audiências – de criar pânicos morais. Desta forma, o pânico pode ser entendido mais como uma forma de discurso do que como uma experiência, enquanto análises críticas anteriores tenderam, de certa forma, a confundir esta forma dramatizada de apresentação pública dos problemas com a experiência real dos indivíduos e da comunidade.

Se partirmos desta hipótese crítica, o pânico moral não deve ser visto como uma erupção súbita de preocupação, mas antes como uma forma comunicacional endémica na nossa sociedade, apresentando intensificações em locais e momentos específicos, a propósito de temas particulares. Tais intensificações podem resultar da acção de grupos de interesse que tentam adquirir projecção e ‘voz’ pública pela dramatização das suas reivindicações, em particular através dos media. A encenação simbólica pode mesmo envolver a criação de ‘meta-acontecimentos’ (Rodrigues 1993 cit. Penedo 2003: 64), isto é, eventos organizados unicamente com vista a servirem a cobertura mediática de uma determinada reivindicação ou ponto de vista, como, por exemplo, cortes de estradas, encerramento de instituições de ensino a cadeado, manifestações de rua. Desta forma, atendendo às limitações de tempo e recursos que caracterizam a actividade jornalística e, por outro lado, tendo em causa a apetência pública pelo drama, torna-se óbvio que esta forma enfatizada de discurso, mesmo que confinada às perspectivas de um grupo restrito, é largamente atraente para os media. Assim sendo, penso ser possível afirmar que, hoje em dia, os fenómenos de pânico moral assumem uma natureza essencialmente *performativa*, correspondendo a formas discursivas localizadas e transitórias, adaptadas ao objectivo de alcançar a visibilidade e a voz pública, através da difusão mediática.

## REFERÊNCIAS

- Åkestrom, M.  
1998 'The Moral Crusade on Violence in Sweden: Moral Panic, or Material for small-talk indignation?'. In *The New European Criminology: Crime and Social Order in Europe*. Editado por V. Ruggiero, N. South e I. Taylor (orgs.). Londres: Routledge. pp.323-38.
- Becker, H.  
1963 *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. Nova Iorque: The Free Press.
- Chambliss, W.  
1994 'Policing the Ghetto Underclass: The Politics of Law and Law Enforcement'. *Social Problems* 41.pp. 177-94.
- Cohen, S.  
1987 *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers*. Oxford: Basil Blackwell.
- Foucault, M.  
1975 *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Goode, E. & Ben-Yehuda, N.  
1994a 'Moral Panics: Culture, Politics and Social Construction'. *Annual Review of Sociology* 20. pp.149-71.  
1994b *Moral Panics: The Social Construction of Deviance*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B.  
1978 *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*. Londres; Macmillan Press.
- Karydis, V.  
1998 'Criminality or Criminalization of Migrants in Greece?: An Attempt at Synthesis'. In *The New European Criminology: Crime and Social Order in Europe*. Editado por V. Ruggiero, N. South e I. Taylor. Londres: Routledge. pp.350-67.
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B.  
1989/1997 'Social Crime Prevention à la Thatcher'. In *Politics, Crime Control and Culture*. Editado por S. A. Scheingold. Dartmouth: Ashgate. pp.155-78.

- Larrauri, E.  
1991 *La Herencia de la Criminología Crítica*. Madrid: Sieglo Veintiuno de España.
- Meier, K.  
1992 'The Politics of Drug Abuse: Laws, Implementation and Consequences'. *The Western Political Quarterly* 45. pp.41-69.
- Melossi, D.  
1997 'Gazette of Morality and Social Whip: Punishment, Hegemony and the Case of the USA, 1970-92'. In *Politics, Crime Control and Culture*. Editado por S. A. Scheingold. Dartmouth: Ashgate. pp.45-66.
- Muncie, J.  
1996 'The Construction and Deconstruction of Crime'. In *The Problem of Crime*). Editado por J. Muncie e E. McLaughlin. Londres: Sage. pp.5-64.
- Penedo, C.  
2003 *O Crime nos Media: O que nos Dizem as Notícias Quando nos Falam de Crime*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Raup, E.  
1997 'The American Prison Problem, Hegemonic Crisis, and the Censure of Inner-City Blacks'. In *Violence, Culture and Censure*. Editado por C. Sumner. Londres: Taylor & Francis. pp.111-36.
- Reinarman, C.; Levine, H.  
1989 'Crack in Context: Politics and Media in the Making of a Drug Scare'. *Contemporary Drug Problems* 4. pp. 535-77.
- McRobbie, A.; Thornton, S.  
1995 'Rethinking "Moral Panics" for Multi-Mediated Social Worlds'. *British Journal of Sociology* 46. pp.559-73
- Rock, P.  
1997 'Sociological Theories of Crime'. In *The Oxford Handbook of Criminology*. Editado por M. Maguire, R. Morgan e R. Reiner. Oxford: Clarendon Press. pp.233-64.
- Scraton, P.; Chadwick, K.  
1991 'The Theoretical and Political Priorities of Critical Criminology'. In *The Politics of Crime Control*. Editado

- por K. Stenson e D. Cowell. Londres: Sage. pp.161-87.
- Sparks, R.  
1997 'Recent Social Theory and the Study of Crime and Punishment'. In *The Oxford Handbook of Criminology*. Editado por M. Maguire, R. Morgan e R. Reiner. Oxford: Clarendon Press. pp.161-87.
- Sumner, C.  
1997 'Censure, Crime and State'. In *The Oxford Handbook of Criminology*. Editado por M. Maguire, R. Morgan e R. Reiner. Oxford: Clarendon Press. pp.499-510.
- Thompson, K.  
1998 *Moral Panics*. Londres: Routledge.

**Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito****Moral Panics: For the Revision of the Concept*****Sumário******Summary***

---

O texto discute o conceito de pânico moral, apresentando a sua formulação inicial, desenvolvimentos teóricos e modelos actuais. A partir deste enquadramento, desenvolve-se uma análise crítica do conceito, argumentando que o pânico, mais do que uma súbita erupção de preocupação, é hoje uma estratégia comunicacional adoptada por determinados grupos de pressão, com vista a alcançar a 'voz' pública.

The text discusses the concept of moral panics, presenting its initial formulation, theoretical developments and actual models. From this frame, a critical analysis of the concept is developed, defending that panics, more than a sudden eruption of concern, is today a communicational strategy adopted by certain pressure groups, aiming to reach a public 'voice'.